

O Feitiço do Tempo: A crise financeira de 2007/2008 nas telas do cinema

Groundhog Day: the 2007-2008 financial crisis on the movie screens

Marcelo Dias Carcanholo
João Leonardo Medeiros*

Resumo

Passado um bom tempo do estouro da atual crise do capitalismo, ainda não é claro se a crise foi superada ou se continua entre nós, provocando a quebra financeira da Europa. Três produções estadunidenses são particularmente hábeis ao expor o jogo financeiro sujo e irresponsável que funcionou como gatilho da crise: *Capitalismo: uma história de amor* (2009), de Michael Moore; *Wall Street: o dinheiro nunca dorme* (2010), de Oliver Stone; e *Trabalho Interno* (2010), de Charles Ferguson. O propósito do artigo é contrastá-las, discutindo a capacidade dos filmes em (1) associar a crise ao funcionamento regular do capitalismo; (2) perceber a desarticulação, no plano teórico e prático, da mobilização anticapitalista como elemento decisivo do atual estágio do capitalismo; e (3) vislumbrar uma superação da crise para além dos marcos do próprio pensamento conservador, hoje pendendo para as costumeiras demandas por regulação estatal.

Palavras-chave: crise; capitalismo contemporâneo; cinema; estranhamento; alienação.

Abstract

It has been some time since the bursting of the current crisis of capitalism but it is still not clear if it has been overcome or is still among us, causing the financial breakdown of Europe. Three US productions are particularly able in exposing the irresponsible financial game that functioned as the crisis' trigger: Capitalism: a love story, of Michael Moore; Wall Street: money never sleeps, of Oliver Stone; and Inside Job, of Charles Ferguson. The paper compare these productions, discussing their capacity to (1) associate the crisis to the regular functioning of capitalism; (2) perceive the disarticulation of the anti-capitalist mobilization as a decisive element of the current stage of capitalism; and (3) discern an overcoming of the crisis beyond the limits the conservative thought, now leaning toward the custom demands for state regulation.

Keywords: crisis; contemporary capitalism; movies; estrangement; alienation

* Professores do Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Brasil, e Membros do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Marx e Marxismo (NIEP-UFF) <<http://www.uff.br/niepmarxmarxismo>>.

A crise do capitalismo desencadeada pelo craque financeiro de 2007/2008 é apontada por especialistas das mais variadas procedências teóricas como uma das mais agudas de todos os tempos. Explodindo no coração do capitalismo, os EUA, a crise provocou consequências sociais trágicas, como o aumento do desemprego, a pulverização instantânea de economias familiares e a perda de habitações financiadas ou refinanciadas em contratos extorsivos. Passados mais de seis anos, ainda não está claro se a crise foi superada ou se continua entre nós, provocando a quebra financeira da Europa. O mais provável, inclusive, é que a chamada crise das dívidas soberanas, na zona do euro, seja a nova forma de manifestação daquela crise iniciada anos atrás.

Trata-se, portanto, de um episódio histórico que, como tem ocorrido com os episódios históricos da atualidade, recebeu registro quase imediato do cinema. Três produções estadunidenses são particularmente hábeis ao expor o jogo financeiro sujo e irresponsável que funcionou como gatilho do espocar da crise: *Capitalismo: uma história de amor* (2009), de Michael Moore; *Wall Street: o dinheiro nunca dorme* (2010), de Oliver Stone; e *Inside job* [Trabalho interno] (2010)¹, de Charles Ferguson.

O propósito do artigo é contrastar essas três produções, observando-as não como denúncias (fundamentais que são) da conduta corrupta, elitista, individualista e mesquinha dos sujeitos no comando das corporações financeiras e de seus braços estatais ou para estatais, mas como interpretações, ainda que limitadas, das causas da crise. Neste contraste, o foco recai sobre a capacidade dos filmes em (1) associar a crise ao funcionamento regular do capitalismo; (2) perceber a desarticulação, no plano teórico e prático, da mobilização anticapitalista como elemento decisivo do atual estágio do capitalismo (em que a ação sem limites do capital financeiro aparentemente tem acelerado a produção de crises); e (3) vislumbrar uma superação da crise para além dos marcos do próprio pensamento conservador, hoje pendendo para as costumeiras demandas por regulação estatal.

Para tanto, cremos necessária uma apresentação inicial e introdutória da teoria de Marx sobre o fenômeno das crises, uma vez que esta é a referência teórica para o contraste entre as três produções cinematográficas, e entre estas e a realidade atual do capitalismo.

¹ No caso de *Inside job*, optamos por usar o título em inglês, tendo em vista a quase impossibilidade de tradução. Na seção correspondente ao filme, essa dificuldade de tradução será mencionada.

1. A crise dentro de uma perspectiva marxista

O debate na perspectiva marxista a respeito das crises no capitalismo tem suas raízes no início do século XX², dentro do que se pode chamar de debate clássico, e, por razões óbvias, é resgatado neste início de século XXI³. Mais precisamente, a discussão maior sobre o tema gira em torno da identificação da causa do fenômeno no processo de acumulação do capital. É possível demonstrar que grande parte do debate – tanto o clássico, como o contemporâneo – confunde formas específicas de manifestação da crise com a sua causa. O que importa aqui é demonstrar que se trata de um fenômeno regular e necessário na dinâmica capitalista e, para tanto, deve-se especificar o que de fato ele significa, isto é, o seu conteúdo e, a partir disso, demonstrar que a sua causalidade é dada pelas próprias leis (dialéticas, de tendência) de funcionamento da economia capitalista.

Em primeiro lugar, deve-se notar que as crises são o resultado do desenvolvimento das contradições próprias do modo de produção capitalista. Especificamente, como observa Marx na seção I do livro II de *O Capital*, o processo de circulação do capital é uma unidade contraditória entre o processo de produção do valor-capital e o seu processo de realização⁴, que ocorre na esfera da circulação de mercadorias – em uma linguagem atual, no mercado. O que a fase de aceleração da acumulação de capital faz é, justamente, potencializar a autonomia relativa desses dois processos, de forma que a produção e a realização exacerbam sua oposição como se fossem dois processos independentes. Esse aprofundamento da contradição estoura (explicita-se) na crise. Como afirma Marx, ao criticar a teoria da acumulação de Ricardo e a apologética burguesa:

Nas crises do mercado mundial as contradições e antagonismos da produção burguesa se revelam contundentes. [...] A independência recíproca assumida pelas duas fases [compra e venda] conjugadas e complementares destrói-se à força (Marx, 1980, vol. II, 936).

Por outro lado, é justamente na crise que a unidade entre os dois processos substantivados um em relação ao outro se restabelece. A tendência de exacerbção do processo de produção do valor-capital – como se este, para ser acumulado em escala ampliada, independesse de sua realização no processo de circulação

² As principais vertentes são a lei da queda tendencial da taxa de lucro, a tese do subconsumo e a das desproporções. Para mais detalhes, ver Carcanholo (1996).

³ A lista do debate contemporâneo é muito extensa. Para uma tentativa de tratamento desse debate, ver Cipolla (2010).

⁴ Esta contradição é o resultado do desenrolar dialético da contradição básica do capitalismo, própria de sua forma de manifestação mais aparente, a mercadoria, que se dá entre o valor e o valor de uso que a constituem. Para tanto ver Ribeiro (2008).

das mercadorias – encontra seu limite⁵ na crise, quando a inadequação deste com o processo de realização explicita-se, e a unidade que formam no modo de produção capitalista é reafirmada. Desta forma, a crise, ao mesmo tempo em que é o momento de irrupção da contradição, significa, dialeticamente, o restabelecimento de sua unidade (na totalidade do modo de produção de capitalista)⁶. Marx é explícito ao afirmar isso em dois momentos:

O processo global de circulação ou o processo global de reprodução do capital é a unidade de sua fase de produção e de sua fase de circulação, um processo que abrange dois processos como fases suas. [...] Se elas, sem serem uma unidade, fossem apenas separadas, seria impossível justamente uma restauração violenta de sua unidade, ou seja, uma crise. Se fossem apenas uma unidade, sem estarem separadas, não haveria a eventualidade de as dissociar à força, o que também é a crise. Esta é a restauração violenta da unidade entre elementos guindados à independência e a afirmação violenta de independência de elementos que na essência formam uma unidade. (Marx, 1980, vol. II, 948-949)

[E, ainda, de forma mais sintética, no famoso capítulo XV do livro III de O Capital, quando o autor trabalha de forma mais direta a temática:] “as crises são sempre apenas soluções momentâneas violentas das contradições existentes, irrupções violentas que restabelecem momentaneamente o equilíbrio perturbado”. (Marx, 1988, vol. IV, 179)

Com efeito, o processo de acumulação de capital, em sua totalidade, tende a uma produção ilimitada de valor-capital, ao desenvolvimento de um consumo

⁵ Marx resgata a dialética barreira/limite nos *Grundrisse*, quando procura mostrar que, no capitalismo, a barreira apresenta-se como uma contingência que deve ser superada pela própria processualidade do capital: “Mas o capital, como representante da forma universal da riqueza – do dinheiro –, é o impulso ilimitado e desmedido de transpor seus limites. Cada limite é e tem de ser obstáculo para ele. Caso contrário, deixaria de ser capital – o dinheiro que se produz a si mesmo [...] O limite quantitativo do mais-valor aparece para o capital somente como barreira natural, como necessidade que ele procura incessantemente dominar e transpor” (Marx, 2011, 264).

⁶ Wolff (1978, 48 – itálico original) afirma que “[...] Marx fala da unidade entre a produção e a circulação, da extração de mais-valia e da *realização*. Crise é enfim a disrupção da unidade, a disrupção da acumulação.” Ademais, a crise não é apenas a ruptura da unidade, mas também uma (re)afirmação da unidade dos contrários. O próprio Wolff acaba reconhecendo isto, quando diz mais adiante: “Para Marx, unidades produzem desunidades que produzem reunificações: a acumulação produz a crise que reinicia a acumulação”.

(capacidade de realização desse valor-capital) abundante⁷, e ao estabelecimento de barreiras para que essa realização efetive-se. Este é precisamente o conteúdo das crises no capitalismo: (1) produção ilimitada de mercadorias; (2) consumo abundante, e (3) barreiras/limites para que o consumo realize o valor-capital produzido. Tudo isso tem como origem o mesmo processo, as leis do modo de produção capitalista, como Marx assinala na passagem abaixo:

A verdadeira barreira da produção capitalista é o próprio capital, isto é: que o capital e sua autovalorização apareçam como ponto de partida e ponto de chegada, como motivo e finalidade da produção; que a produção seja apenas produção para o capital e não inversamente [...] (Marx, 1988, vol. IV, 180).

A causa das crises, no capitalismo, estaria, portanto, na própria lógica de seu funcionamento, nas suas leis (de tendência), em sua dinâmica. A finalidade do capital é sua constante valorização, quando percorre seu processo de circulação, que engloba tanto o momento da produção quanto o da circulação de mercadorias (mercado), e não a satisfação das necessidades sociais, que se manifestam, de uma forma ou de outra, na circulação de mercadorias. Assim, a crise ocorre porque o processo de produção e o de realização têm lógicas próprias, distintas, que só se adequam dentro da unidade (dialética) do processo total.

A divergência entre o caráter ilimitado da produção do valor-capital e sua realização na esfera do consumo ocorre porque o objetivo do capital é a apropriação da mais-valia na forma de lucro, e esta se concretiza no plano da individualidade, isto é, segundo a lógica privada que caracteriza a esfera da circulação de mercadorias, independentemente das necessidades sociais do consumo. A produção – inclusive o seu caráter social – é uma característica de qualquer tipo de sociabilidade. Só que este caráter social dos trabalhos privados, na época histórica específica do capitalismo, é intermediado pelas trocas de mercadorias que ocorrem na esfera da circulação e, nesta, realização e apropriação têm como característica a propriedade privada, independente do caráter social da produção. Por essa razão, “a causa do aparecimento de crises no modo de produção capitalista é a divergência entre as condições de produção e as de realização

⁷ Ao contrário do que pensa a tese subconsumista, as crises no capitalismo não ocorrem porque exista pouca demanda (consumo). O processo de produção de valor-capital, ao transformar este em rendimentos das classes sociais que conformam o capitalismo, e por estar sujeito à tendência de reprodução ampliada, cria um consumo (capacidade de realização) abundante. Entretanto, “a *superprodução geral* teria lugar não porque relativamente *muito pouco* [teria sido consumido] das mercadorias destinadas aos trabalhadores ou das destinadas aos capitalistas, mas porque *ambas* teriam sido produzidas em excesso – em excesso *não para o consumo*, mas para *manter a proporção adequada entre consumo e valorização*; em *excesso para a valorização*” (Marx, 2011, 354 – itálicos originais).

(apropriação). É a divergência entre o caráter social de uma e o caráter privado da outra” (Carcanholo, 1996, 181).

Se o que foi desenvolvido até aqui faz algum sentido, a atual crise pela qual passa o capitalismo contemporâneo só pode ser um desdobramento dialético das contradições do capitalismo que foram desenvolvidas nesta fase histórica. São as contradições do capitalismo contemporâneo que provocaram a atual crise estrutural⁸ no processo de acumulação do capital. E o capitalismo contemporâneo, a lógica de seu processo de acumulação, é, por sua vez, consequência da forma como o capitalismo saiu de sua última – antes desta – crise estrutural.

A última crise estrutural do capitalismo, antes da atual, tem início no final dos anos 60 do século passado. Da mesma forma que qualquer outra crise do capitalismo, independentemente de sua manifestação histórica específica, ela representou uma superprodução de capital⁹ e a consequente redução da taxa de lucro. Assim, superacumulação de capital em todas suas formas (capital-dinheiro, capital-produtivo e capital-mercadoria) e redução da taxa de lucro são duas faces do mesmo processo.

O fato é que o capitalismo, para (re)construir suas bases para um novo processo de acumulação do capital deve encontrar (novos) espaços de valorização para esse capital acumulado em excesso. Isto significa que as formas que o capital tem de encontrar para a saída de sua crise estrutural devem promover novos espaços de valorização e/ou a ampliação dos já existentes.

Além dos condicionantes de toda sua história, o capitalismo contemporâneo é resultado histórico também das formas que ele mesmo construiu como resposta para sua última crise estrutural. Essa resposta incluiu, dentre outros elementos¹⁰, a expansão intensiva e extensiva da valorização do capital superacumulado, nos mercados financeiros e, como consequência, a constituição de uma nova lógica de acumulação, segundo o que Marx denominou de capital fictício.

⁸ O termo crise estrutural pode gerar alguns enganos. Não se trata de uma crise terminal, que levará o capitalismo, inexoravelmente, a sua própria destruição. Tal interpretação fatalista, determinística, teleológica é completamente estranha a Marx, que entendia as leis de tendência do capitalismo em um sentido dialético. Para ele, as crises do capitalismo são cíclicas: “Aí é mister distinguir. Quando Smith explica a queda da taxa de lucro pela superabundância de capital, pela acumulação de capital, refere-se a efeito *permanente*, o que é falso. Em contrapartida, superabundância transitória de capital, superprodução, crise são outra coisa. Não há crises permanentes” (Marx, 1980, vol. II, 932, nota – itálicos originais). Para um sentido diferente do termo crise estrutural, às vezes de forma confusa, ver Mészáros (2009). *Crise estrutural*, para ser preciso, significaria que o capitalismo, para reconstruir (novas) bases de um novo processo de acumulação de capital subsequente, estaria obrigado a modificar radicalmente as bases estruturais do processo de acumulação que o caracterizaram até aquele momento.

⁹ “Superprodução de capital significa apenas superprodução de meios de produção – meios de trabalho e subsistência – que podem funcionar como capital, ou seja, que podem ser empregados para a exploração do trabalho em dado grau de exploração, e a queda desse grau de exploração abaixo de dado ponto provoca perturbações e paralisações do processo de produção capitalista, crises de destruição de capital” (Marx, 1988, vol. IV, 183).

¹⁰ Para mais detalhes sobre essa reconstituição do processo de acumulação, ver Carcanholo (2011).

Esse processo todo, nunca é demais lembrar, foi e tem sido impulsionado, respaldado e referenciado por uma ideologia neoliberal e pelas práticas de política impulsionadas a partir desse referencial, que, não por acaso, tornam-se hegemônicas (a ideologia e as políticas) nesse período histórico.

Parece-nos que o entendimento da legalidade capitalista que está por trás dos fenômenos captados pelas três produções cinematográficas passa pelo entendimento da categoria capital fictício. Esta temática, ao contrário do que se possa imaginar, não é um corolário das leis gerais de funcionamento do capital total, a partir do qual frações específicas do capital apresentariam especificidades. Para Marx, faz parte da legalidade do capital total o fato de que as formas que este utiliza para apresentar-se nos distintos momentos de sua circulação ganhem uma autonomia relativa de funcionamento. Dessa maneira, as formas que o conteúdo-capital utiliza para manifestar-se na circulação de mercadorias (dinheiro e mercadorias) e no processo produtivo (capital-produtivo), de meras adjetivações do substantivo capital, se substantivam, isto é, apresentam uma lógica própria, que se subordina à totalidade do modo de produção capitalista, como não poderia deixar de ser, de forma dialética.

O capital fictício, em Marx, decorre do desdobramento dialético do que este autor chama de capital de comércio de dinheiro, que se desdobra em capital a juros e culmina no capital fictício¹¹. Histórica e logicamente falando, o capital fictício tem por fundamento a difusão pela economia da lógica de emprestar capital em contrapartida à remuneração por juros (capital a juros). Ao difundir-se essa lógica, a obtenção de determinado rendimento, provenha de onde for (diretamente de um empréstimo ou de um título, não importa de que tipo), é considerada como rendimento proveniente de capital, *seja esse capital já existente ou não*. Em outras palavras, capital, nestas condições, pode literalmente constituir-se a partir dos rendimentos que incidem sobre sua existência fictícia.

Um exemplo facilita a compreensão da categoria. Suponhamos que um sujeito chamado *Jorge Soro*, muito bem relacionado, escreva no alto de um papel timbrado a palavra (i.e., emita um) TÍTULO, abaixo da qual se registraria a seguinte informação: “Pago ao portador \$100 milhões dois anos após a data de 31 de maio de 2012”. *Soro*, justamente por suas relações, consegue com que o diretor de uma agência de avaliação de risco, *Morga*, articule a qualificação máxima do papel, ou seja, AAA+. Com essa qualificação, *Soro* consegue vender TÍTULO por \$80 milhões, recolhidos, portanto, do mercado. Com os \$80 milhões, *Soro* aproveita as dicas de um primo, *Stanley*, empregado de uma mega corretora de valores, e compra, antes da alta, ações num lote de exatos \$80 milhões. As dicas do primo *Stanley*, ao se difundirem, por si mesmas levam a grandes aquisições e

¹¹ Além das seções citadas de *O Capital*, uma discussão mais sintética do assunto pode ser encontrada em Paineira & Carcanholo (2009).

à rápida valorização das ações compradas por *Soro*. Com a valorização extraordinária das ações, em pouco mais de uma semana, *Soro* converte seus \$80 milhões em \$200 milhões. Em 1º de junho de 2014, *Soro* finalmente paga \$100 milhões ao portador do TÍTULO e ainda mantém em posse outros \$100 milhões obtidos na venda das ações (sem contar os juros de quase dois anos desse valor aplicado, digamos, em operações financeiras de baixo risco).

Perguntamos ao leitor: o valor-capital original de \$100 milhões – que, de início, era preço sem ser valor – saiu de onde? Claro que, em parte, do bolso do comprador do TÍTULO, em parte da valorização das ações (e, portanto, do bolso de outros atores do mercado acionário). Mas, o que importa mesmo é: o que o comprador do TÍTULO comprou mesmo? Ou, ainda, o rendimento prometido era sobre que capital? E se as ações não se valorizassem? Tendo funcionado o esquema, o capital gerou rendimentos sobre sua existência espectral, fictícia, esperada, projetada, no começo do processo e, por esse mesmo processo, deu forma a si mesmo. Tendo funcionado o esquema, o capital fictício materializou-se como se tivesse saído do nada. Mas, não tendo funcionado, não apenas o rendimento viraria pó, como o próprio capital “desapareceria” como se nunca tivesse existido – *e ele, de fato, nunca existiu, a não ser idealmente (e contabilmente)*. Neste caso, caberia saber quem cobriria o prejuízo. Se *Soro* quebrar junto com o TÍTULO, há um candidato óbvio: algum garantidor de última instância, que geralmente atende pelo nome de Estado.

Em síntese, o capital fictício não passa de relações especulativas nas quais determinados especuladores forçam outros especuladores a engajarem-se em cadeias de débito/crédito. Ao assim fazerem, criam direitos de apropriação sobre valores ainda não existentes e talvez nunca existentes. Hoje, a realidade dessa modalidade de capital é tão generalizada que o próprio mercado reconhece a constituição de capital (capitalização) que lhe corresponde, uma vez que o direito à apropriação pode ser revendido por determinado valor-capital, em função da taxa de juros. Foi seguindo essa lógica que o processo de liberalização dos mercados financeiros constituiu-se a partir dos anos 1970. O complexo processo de inovações financeiras (criação e expansão de instrumentos financeiros) faz parte dessa lógica, incluindo o desenvolvimento do famoso mercado de derivativos¹².

Essa massa crescente de capital fictício reforça o caráter dialético do processo de acumulação de capital. Por um lado, cria um espaço de valorização para um capital superacumulado que, sem essa alternativa, provocaria a redução das taxas de lucro. Por outro, em função da própria natureza do capital fictício, trata-se de um capital que não produz diretamente (mais) valor. Logo, sua ampliação

¹² Sobre os derivativos, ver nota 31 abaixo.

significa a expansão de títulos de apropriação sobre um valor que não se produz necessariamente *pari passu*. A consequência, por este lado, é a redução das taxas de lucro, manifestação clara da crise.

A dialética do capital fictício é um excelente roteiro – para usar uma linguagem adequada aos objetivos deste trabalho – para o entendimento da natureza (cíclica) do capitalismo contemporâneo. Enquanto prevaleceu a funcionalidade do capital fictício, sustentou-se certa dinâmica de acumulação¹³. Não é meramente casual que, antes de aparições sintomáticas da sua crise, o capital fictício (popularmente conhecido como financeiro) não tenha sido satanizado. Ao contrário, chegou até a ser responsabilizado pela constituição de uma nova era, de uma nova sociedade. Nesse sentido, pode-se até dizer que ele foi posto num altar e adorado como *neodeus* (i.e., deus neoliberal!). Entretanto, quando prevaleceu o “outro lado”, as crises apareceram. A crise estrutural de 2007/2008 nada mais é do que uma situação-limite da tragédia e explica-se justamente pelo predomínio da *disfuncionalidade* da lógica do capital fictício para a acumulação do capital total. Ou seja, as raízes da atual crise do capitalismo são encontradas nas contradições próprias do capitalismo, que são aprofundadas pela sua dinâmica de acumulação na contemporaneidade.

Parece-nos que, com o repertório categorial e teórico encontrado na obra de Marx, que acabamos de sumariar, pode-se transformar um entretenimento, catártico ou não, numa reflexão crítica teoricamente bem amparada. Mas há, obviamente, uma diferença de perspectiva, de linguagem etc. entre os dois campos interpretativos, o teórico e o artístico, que impõe uma atenção especial ao leitor. Por exemplo, o capital fictício, complexo em si e, enunciado como categoria, pouco conhecido, não aparece em momento algum nos filmes comentados a seguir. Ou melhor, o capital fictício aparece em todos os filmes a todo tempo, mas sempre pelas suas formas de manifestação, a saber: inchaço e aparente autonomia total das finanças com relação à produção; o caráter exclusivamente financeiro das crises; o papel meramente especulativo das finanças; a representação do capital e da classe capitalista como mero *rentier*; o comportamento imoral e, por vezes, pragmático-amoral do rentismo etc. Feita a ressalva, que se inicie a projeção...

¹³ Não dá para sustentar, nem de longe, que esse momento de retomada da acumulação do capital no pós-crise dos anos 60/70 tenha alcançado as taxas de crescimento do ciclo anterior. O capitalismo da era neoliberal, mesmo com toda a ofensiva política e ideológica contra os trabalhadores, não conseguiu retomar as taxas de acumulação do período anterior. Para mais detalhes, ver Baruco e Carcanholo (2006).

2. *Inside job* [Trabalho interno]

As excelentes intenções que motivaram a produção do documentário *Trabalho interno* (EUA, 2010), dirigido por Charles Ferguson, não são suficientes para isentá-lo de um juízo crítico. Mas também não se pode negar que o filme é absolutamente pertinente como registro histórico da crise financeira de 2007/2008 – uma das maiores da era capitalista – e indispensável, seja como filme em si, seja como sincera interpretação das causas da crise (por mais problemática que ela possa ser). Suas virtudes e limitações aparecem de forma igualmente aberta, de maneira que não se pode apreciá-lo distraidamente, como mero passatempo audiovisual, o que é possivelmente uma de suas maiores virtudes.

Como anunciado na sinopse oficial do filme, o documentário propõe-se a “expor a chocante verdade por trás da crise de 2008 [...], que custou mais de US\$20 trilhões, fez com que milhões de pessoas perdessem suas casas e seus empregos”. Se esse é o objetivo central do documentário, pode-se julgá-lo muito bem sucedido. O roteiro funciona de modo muito didático na decifração da complexa linguagem das finanças e na reconstituição da sequência de acontecimentos que conduziram ao craque financeiro de 2008, apontando ainda suas consequências mais imediatas. Os principais elementos de qualquer reconstrução crítica da crise¹⁴ estão todos lá: a desregulação dos mercados financeiros em escala mundial, a explosão dos derivativos, a temerosa alavancagem das instituições financeiras, a bolha imobiliária nos EUA, a cúmplice participação das seguradoras e agências de avaliação de risco e o suporte ideológico da ciência econômica.

Para além da didática exposição sobre o vocabulário e os fatos da crise, o que realmente distingue o documentário *Inside job* dos dois outros registros cinematográficos da crise de 2008 aqui examinados é a tentativa de interpretá-la com base em informações e opiniões oferecidas por mulheres e homens que, de alguma forma, participaram do (ou contribuíram para o) jogo financeiro por detrás da tragédia. Aliás, o intraduzível título original da obra, *Inside job*, tem obviamente a intenção de alertar o espectador para a cumplicidade dos entrevistados com relação aos desdobramentos desumanos da crise. Recorrendo a um dicionário da língua inglesa, como o Webster, pode-se retornar para a expressão “*inside job*” o seguinte significado, perdido na tradução literal para o português: “um crime cometido por, ou com ajuda de, uma pessoa empregada ou de confiança da vítima”.

A intenção do filme, portanto, é caracterizar a crise como o resultado de um crime provocado por figuras-chave das corporações financeiras, das instâncias governamentais responsáveis pela regulação do setor e mesmo do meio acadê-

¹⁴ Ainda que apenas no terreno da aparência do fenômeno!

mico. Naturalmente, é preciso cautela para não compreender um episódio tão complexo como uma crise econômico-social do capitalismo como resultado causal direto da ação de sujeitos poderosos, por mais poderosos que sejam os sujeitos, pelo simples fato de que a própria sociedade capitalista tende a produzir crises de variados tipos em suas formas de manifestação, ainda que, como visto, a partir da mesma legalidade dialética do capital. A relação causal direta insinuada pelo argumento do filme deve ser, por conseguinte, afastada, como fazemos aqui e reafirmamos logo adiante.

De todo modo, não deixa de ser importantíssimo que o documentário tenha identificado os nomes, sobrenomes, rosto, currículos, filiações institucionais etc. dos personagens que *se beneficiaram, diretamente ou indiretamente, das* tramóias financeiras que antecederam e sucederam a crise. Isso porque é evidente que nenhum episódio crítico da vida social pode ocorrer sem a mediação de atos concretos de indivíduos de carne e osso. Em se tratando de uma crise que solapou as economias de, como se diz, cidadãos comuns aos milhões, privando outros tantos inclusive da própria residência, é de se esperar que as tendências que produzem a crise o façam pela mediação desses atos concretos. Atos que, por essa razão, mas também pelas suas próprias motivações, podem ser considerados irresponsáveis e/ou (mais provavelmente “e” e não “ou”) obscenos. Por isso é fundamental que seus agentes sejam, senão responsabilizados, ao menos identificados.

Neste particular, é marcante a habilidade do documentário em desnudar a corrupção moral (à beira do amoralismo) e a desfaçatez absoluta de executivos das principais corporações financeiras estadunidenses, alguns dos quais também ocupantes ou ex-ocupantes de posições cruciais no governo dos EUA e em instituições supraestatais como o FMI. As entrevistas são especialmente interessantes, pois o corajoso e bem-informado entrevistador (oculto) consegue, por diversas vezes, desmentir e embaraçar o entrevistado, que se vale do expediente de supor a ignorância generalizada para sustentar um argumento totalmente falacioso e contrafactual. É difícil não se regozijar em ver multimilionários, sujeitos poderosíssimos, totalmente desconcertados com uma contra-argumentação bem-fundamentada empiricamente e imediata – “na lata”, como se diria na linguagem das ruas do Rio de Janeiro.

Por outro lado, é bastante incômodo perceber a complacência com entrevistados não menos suspeitos de participação na construção e sustentação da arquitetura econômico-financeira que vem produzindo periodicamente crises como as de 2008. Figuras como o megaespeculador George Soros, os diretores do FMI Dominique Strauss-Kahn e Christine Lagarde, além do infame ex-presidente do FED (o Banco Central dos EUA) Paul Volcker, saem ilesos no documentário. Para isso, bastou que oferecessem um discurso crítico bem-encaixado, em favor da regulação das finanças e da criminalização dos “excessos”, em lugar de assumir a atitude defensiva e mentirosa da maior parte dos demais entrevistados. De

certo modo, o filme oferece a oportunidade para que sujeitos como Soros e Volcker falem distraidamente do caráter danoso da especulação financeira, como se tivessem a vida toda trabalhado *outside* e não – como todos sabemos que ocorreu – *inside* até a raiz.

A complacência com os entrevistados do “discurso correto” é apenas um indício do que julgamos ser a principal limitação do filme: como interpretação das causas da crise, *Trabalho interno* não passa de uma reedição do clamor keynesiano pela regulação das finanças, pelo ativismo estatal, pelo retorno da presumida prioridade da produção sobre as finanças etc.¹⁵ Segue-se daí que as causas da crise são encontradas não exatamente no capitalismo em si, ou mesmo em sua atual fase, mas, de um lado, no limitado controle do Estado sobre a atividade financeira e, de outro, na moral pervertida dos financistas, políticos e professores universitários por detrás dos episódios relatados no filme. Contrastando *Inside job* com as duas outras produções examinadas a seguir, o único que não propõe uma reflexão sobre o caráter *endêmico* das crises capitalistas é *Inside job*.

O resultado é que não nos é oferecido um questionamento verdadeiramente *externo*, negativo, da crise, mas um trabalho crítico *interno*, positivo e propositivo. Seguindo fielmente o argumento do filme, chegaríamos à conclusão de que a história da humanidade, de repente e sem qualquer razão de fundo, foi simplesmente tomada de assalto por sujeitos que dominaram as instituições políticas e econômicas do país mais poderoso do mundo e as conduziram em benefício próprio. Ainda que essa denúncia tenha algo de fundamental, não se pode oferecê-la sem, ao mesmo tempo, explicar que não se trata de um problema administrativo, moral ou de pura e simples “tomada de poder”, mas sim de uma exigência da reprodução social.

O ponto aqui é o seguinte: o capital é uma dinâmica que se apresenta sem sujeito, uma dinâmica do valor em movimento de autoexpansão contínua. Na década de 1970, diversos obstáculos punham freio à expansão do capital, dentre eles o próprio poder dos sindicatos e dos partidos de esquerda e a existência do contraponto do socialismo real (por mais problemática e bárbara que tenha sido tal experiência)¹⁶. Além das transformações técnicas e tecnológicas e do avanço da extrema direita, encarnada inicialmente em Thatcher e Reagan, que explodiram as instituições contra-capitalistas, a reorganização das finanças mundiais ofereceu ao capital oportunidades de lucratividade imediata (em geral pela expropriação e reapropriação de riqueza já criada ou a criar), mas também a possi-

¹⁵ Entre outras interpretações teóricas, pode-se mencionar aquela oferecida pelo próprio Keynes (1985, Capítulo 24) e as de inspiração pós-keynesiana, das quais destacamos numa lista exígua, mas representativa: Duménil & Bidet (2007) e AKB (2010).

¹⁶ Uma competente análise crítica e sintética da experiência do socialismo real pode ser encontrada em Kurz (1992).

bilidade de concentrar rapidamente recursos sem os quais determinados projetos *produtivos* não poderiam ser executados.

A conclusão dessa linha de raciocínio, omitida no filme, é que a reprodução capitalista, ameaçada na década de 1970, recompôs-se justamente (mas não unicamente, é claro) *por intermédio da desregulação financeira*¹⁷. Se a nova arquitetura das finanças mundiais tem produzido crises periódicas, o que é verdade, essas crises têm cada vez mais se demonstrado um problema *da humanidade*, e não da reprodução do capital. Seres humanos morrem, perdem suas casas etc., enquanto os operadores do capital têm na crise apenas o subterfúgio necessário para avançar sobre os fundos públicos, sobre os sindicatos e sobre a ideologia de esquerda, tudo em favor da reprodução ampliada do próprio capital.

Em síntese, por concentrar-se exclusivamente na atividade dos operadores do capital, o documentário perde de vista o fato de que, por mais infames que sejam – *e eles são de fato* –, tais operadores dão corpo e subjetividade a uma dinâmica abstrata, objetiva e incontornável, a dinâmica do capital, que se reproduz cegamente, cada vez mais sem anteparos visíveis. De todo modo, para repetir, como não é possível reconstituir a história sem reconstituir também as mediações entre as leis de movimento da sociedade e a participação dos indivíduos que, nas suas ações, as materializam concretamente, *Inside job* cumpre um papel muitíssimo relevante.

3. *Wall Street: o dinheiro nunca dorme*

Dos três filmes aqui examinados, *Wall Street: o dinheiro nunca dorme* é o único produzido como obra de ficção. Também é, dentre os três filmes, certamente o que circula com maior frequência e simpatia em círculos conservadores e que, por essa e outras tantas razões, recebe maior apoio da indústria cinematográfica¹⁸. No entanto, fazendo jus à reputação (justa ou não, é outra questão) de artista no espectro da esquerda norte-americana, o tão afamado quanto controverso diretor Oliver Stone não ofereceu ma visão acrítica ou sequer otimista do mundo que engendrou a crise de 2008. Justo ao contrário, sua representação ficcional da crise chega ao limite do desencantamento, pois não aponta para qualquer saída no interior do sistema social vigente ou para além dele.

¹⁷ Essa interpretação com base na chamada mundialização financeira é típica de autores franceses, como Chesnais (2005) e Brunhoff et al (2009).

¹⁸ Em favor dessa opinião, pode-se aludir à discrepância orçamentária entre as três produções: os 70 milhões de dólares do orçamento estimado de *Wall Street: o dinheiro nunca dorme* é mais do que o triplo do orçamento estimado de *Capitalismo, uma história de amor* (20 milhões de dólares) e 35 vezes o de *Inside job* (2 milhões de dólares). Outro indício muito representativo é o número de salas em que cada produção estreou nos EUA: *Inside job* foi exibido em duas salas, contra 962 de *Capitalismo, uma história de amor* e nada menos do que 3.565 de *Wall Street*. Fonte: <<http://www.boxofficemojo.com/>>, acessado em 08/02/2012. Deve-se, por outro lado, recordar que, das três produções, apenas *Inside Job* conquistou um Oscar: o de melhor documentário de 2011.

No que diz respeito à crise, a tônica do filme é a forma como os capitalistas sempre encontram um jeito de converter crise em oportunidades. Ou melhor, a forma de *produzir* crise como fonte de oportunidades. Como se sabe, o filme é uma sequência de *Wall Street: poder e cobiça*, lançado em 1987, que, como ele, trata da ganância compulsiva do mundo das altas finanças. No filme atual, a relação entre um jovem casal funciona como mote para desenrolar o roteiro que procura mostrar como a especulação desenfreada é capaz de provocar consequências econômico-sociais desastrosas. O personagem que une as duas histórias é o megaespeculador Gordon Gekko, o pai de Winnie Gekko, a moça do casal. Gordon Gekko também é o nexo entre os dois filmes (o de 1987 e o de 2010) e parte de sua vida é narrada ao longo das duas histórias. Gekko inicia o primeiro filme rico, é arruinado e preso por ter se valido de informação privilegiada, e retorna com tudo no segundo filme, beneficiando-se da crise de 2008. Crise essa que é provocada por meia dúzia de sujeitos como ele próprio, com o propósito de forçar o governo norte-americano a enfiar uma montanha de dinheiro público nos grandes bancos.

Visto como interpretação da realidade, portanto, *Wall Street* aproxima-se da interpretação teleológica de *Inside job*, ao propor que a crise seja um freio de arrumação puxado por capitalistas superpoderosos com o propósito último de eliminar concorrentes menos capazes, aptos e/ou informados. De tal eliminação resultaria uma expropriação generalizada não apenas dos fundos dos capitalistas derrotados pela crise, mas também (na verdade, *principalmente*) dos fundos públicos concentrados nos Estados e nas organizações para- ou supraestatais, alimentados com recursos dos trabalhadores. O mecanismo de purgação dos menos capazes e a expropriação desenfreada favorecem, naturalmente, a reprodução do capital.

Uma vez que rejeitamos a existência de um nexo imediato entre os atos que permitem a objetivação de tendências particulares e as próprias leis tendenciais do capitalismo no exame crítico de *Inside job*, podemos poupar os leitores da repetição do argumento neste ponto de nossa apreciação de *Wall Street*. Em lugar disso, parece-nos interessante contrastar a problemática, mas interessante interpretação da crise oferecida pelo filme com a versão tosca de uma tese marxista clássica, segundo a qual crises agudas expressam dramaticamente o caráter contraditório do capital, pois restabelecem as condições necessárias ao progresso da acumulação de capital ao mesmo tempo em que abrem a perspectiva de uma transformação revolucionária¹⁹.

¹⁹ Essa é, por exemplo, a consequência política de interpretações do termo crise estrutural que enxergam nesta crise o caráter inexorável de um desdobramento revolucionário/socialista/comunista. Algo muito parecido com o que, anos atrás, era conhecido como a teoria do colapso. Sobre isso ver, por exemplo, Grossmann (1979) e Colletti (1978).

O problema da deturpação tosca da tese marxista, que se ampara em comentários desprezíveis da correspondência íntima entre Marx e Engels em meados do século XIX²⁰, é que ela torna o nexos entre crises e revolução *imediatamente*: ou seja, o capitalismo colapsaria numa crise final da qual emergiria *automaticamente* uma sociedade socialista²¹. Por contraste, a interpretação oferecida pelo filme, embora deslize ao considerar teleologicamente os processos sociais, tem o grande mérito de salientar que as crises afirmam-se como parte necessária e lucrativa da reprodução capitalista, sem, entretanto, projetar de si qualquer porta de saída revolucionária. Não é, de fato, absurdo afirmar que o grande capital teria não apenas aprendido a retirar da crise lucros, mas a adotar práticas em favor da ocorrência de crises como fonte de apropriação de recursos logo convertidos em lucros excepcionais.

Em suma, a diferença de interpretação refere-se ao embrião revolucionário contido (ou não) nos episódios de crise, que é afirmado, com exagero, pelo marxismo vulgar e negado, também de modo exagerado, pelo filme. São duas interpretações equivocadas em sentidos opostos, portanto. Agora, contrastando uma a outra, talvez se deva reconhecer que, tomando-se as devidas precauções, a construção ficcional do filme nos sirva para extrair um juízo crítico da relação entre crises e processo revolucionário que é totalmente embargado por aquela abordagem marxista exótica e cada vez mais esotérica.

A justificativa para essa opinião pode ser sustentada pelo recurso a uma ideia também bastante difundida no marxismo: que, para uma transformação social efetiva, devem estar presentes condições objetivas e subjetivas²². Mesmo que se admita que a crise produz por si as condições objetivas suficientes para uma mudança radical, o que em si já é problemático, não seria difícil sustentar,

²⁰ Por exemplo, numa carta de Marx a Engels em 19 de agosto de 1852, Marx comenta da seguinte forma a crise nos EUA: “na América do Norte [...] [ocorre] a mais selvagem das selvagens especulações em *railways, banks* [em inglês no original], habitação, expansão sem precedentes do sistema de créditos etc. O que é isso senão *approaching crisis* [em inglês no original]? A revolução pode vir antes do que nós pensamos. Nada pode ser pior do que revolucionários tendo de prover pão” (Marx, 1983, 162-163). Segundo Hobsbawm (2011, 79), Marx e Engels teriam deixado de lado a crença de que as crises por si só criariam um cenário necessariamente favorável à revolução já em 1857: “Depois disso, nunca mais Marx e Engels nutriram seriamente esse tipo de esperança em relação a qualquer crise econômica, nem mesmo em 1891”.

²¹ Como dito na seção 1, em Marx é nítido que as crises estruturais no capitalismo possuem um caráter cíclico, de forma que (1) ainda que potencializem, em determinados momentos, as possibilidades de revolução, não há nenhuma garantia de inexorabilidade nesse processo; (2) mesmo após a irrupção das crises, o próprio desenrolar delas, por seu caráter dialético, tende a reconstituir/criar bases de um novo processo de acumulação de capital que, portanto, pode limitar/brecar intentos revolucionários.

²² O comentário de Lenin a seguir expressa de modo muito plástico o caráter dialeticamente subjetivo e objetivo do processo revolucionário: “para a revolução, não basta que as massas exploradas e oprimidas tenham consciência da impossibilidade de continuar vivendo como vivem e exijam transformações; para a revolução é necessário que os exploradores não possam continuar vivendo e governando como vivem e governam. Só quando os ‘de baixo’ não querem e os ‘de cima’ não podem continuar vivendo à moda antiga é que a revolução pode triunfar” (Lenin, 1960,96-97).

mediante uma recapitulação histórica das consequências das crises, que as condições subjetivas – i.e., uma ideologia com poder de inspirar a prática de grandes grupos de indivíduos em favor da transformação social – são mais minadas do que favorecidas em tais conjunturas.

Para ilustrar com um caso-limite, pode-se recordar aqui das crises das décadas de 1970 e 1980. Seria muito difícil defender que essa conjuntura de crises *favoreceu*, de algum modo, a ressurgência de ideias (e também de práticas) revolucionárias. Na verdade, é impossível não associar a crise e seus desdobramentos mais sérios (desemprego, miséria, desigualdade etc.) à total desarticulação da única ideologia de esquerda efetivamente bem sucedida como fundamento da prática subversiva, o próprio marxismo, e de seus mecanismos de representação clássicos, o sindicato e o partido político de esquerda. Dispensa dizer que essa desarticulação contribuiu decisivamente para implodir a subjetividade necessária a uma transformação social digna de nome, pelo menos no futuro mais próximo.

Aliás, a esquerda revolucionária esteve tão em baixa nas últimas três ou quatro décadas que talvez seja preciso cautela neste ponto. É preciso, primeiro, lembrar que, durante mais de um século, após meados do século XIX, a palavra esquerda esteve associada ao projeto de transformação social, ao projeto comunista, embora houvesse um amplo setor que reduzia a perspectiva política às reformas. O que se deve enfatizar aqui é que, na passagem abrupta desta etapa da história ao momento atual, no qual o capital apresenta-se como um asfixiante presente-eterno, o que há de realmente importante é uma sequência de crises multifacetadas e profundas. Foi justamente o período de crises (das décadas de 1970 e 1980) que criou as condições favoráveis para que o capital esmagasse a ideologia subversiva, suas instâncias de representação e, com tudo isso, seu projeto político revolucionário – e isso em poucos anos e de uma maneira tão radical, que não sobrou sequer uma autêntica esquerda reformista para nos fazer lembrar dos tempos passados.

Por outro lado, ainda que haja um rígido embargo à reconstituição de uma época em que as palavras sindicato, esquerda, comunismo, revolução faziam realmente sentido prático, não é possível apagar a história como quem apaga a lousa ao final da aula. Períodos históricos, principalmente os mais próximos, deixam inúmeros vestígios registrados no próprio ambiente humano (edifícios, palácios etc.), mas também na memória, nos costumes, na filosofia, na ciência e na cultura. O próprio *Wall Street* é uma relíquia que merece atenção. Não nos referimos aqui, obviamente, ao *Wall Street* atual, mas ao primeiro filme, lançado no tempo em que o neoliberalismo afirmava-se como a configuração mais adequada ao capitalismo, em 1987²³.

²³ Com a derrocada do comunismo soviético, o neoliberalismo também se afirmaria como a única forma de sociabilidade adequada.

Não por coincidência, à época do lançamento de *Wall Street: poder e cobiça*, a economia mundial encontrava-se numa faixa estreita entre um precipício e outro, entre outras razões pelo desatino da *Reaganomics*, que arrasou a economia dos EUA a um ponto em que se chegou a imaginar uma troca de hegemonia no “bloco capitalista”²⁴. Agora, assistindo ao filme, é interessante perceber que, àquela época, mesmo sendo o período em que o neoliberalismo pôde ostentar suas vitórias ideológicas numa celebração orgiástica²⁵, ainda estavam vivos a memória e os destroços de uma esquerda com força suficiente para aproveitar politicamente uma conjuntura de crise. Isso se comprova no enredo do filme, que gira em torno do conflito entre o mega especulador Gordon Gekko e o jovem ambicioso Bud Fox, personagem de Charlie Sheen. Filho de um operário e líder sindical, Fox consegue não apenas melar um grande negócio de Gekko, como incriminá-lo, precisamente porque Gekko pretendia esfacelar uma empresa que contava com um sindicato fortíssimo. Foi recorrendo ao sindicato, portanto, que o mocinho (na verdade, o *menos* bandido) venceu o (*mais*) bandido.

O contraste entre o primeiro *Wall Street* e a sua recente continuação é muito instrutivo como comparação entre os dois períodos de crise (o do final da década de 1980 e do final da década de 2010). Olhos menos atentos ficarão vidrados com mudanças do cotidiano, que são um registro da velocidade com que o capitalismo permanentemente revoluciona nosso modo de vida. Por exemplo, os computadores do primeiro filme nos parecem coisas tão ultrapassadas quanto máquinas de escrever. Há gente fumando no primeiro filme, inclusive em ambientes de trabalho. Os escritórios de 1987, mesmo os escritórios dos ricos, são refrescados com potentes ventiladores de teto!

Mas as diferenças que realmente importam são bem outras. A primeira é a seguinte: no filme de 1987 não apenas são mostrados sindicatos, como eles são retratados como “sujeitos” dotados de força suficiente para fazer a diferença em favor dos trabalhadores; no filme de 2010, o que há de mais parecido com um sindicato é a ONG organizada pela filha do especulador Gekko, Winnie! Ainda mais representativo do que constatar que sindicatos podiam aparecer em filmes sobre finanças é perceber que a figura modelar do trabalhador, aquela que ocupa o imaginário de boa parte da esquerda como a representação do

²⁴ Não foram poucos os que pensaram que o Japão ocuparia em poucos anos o lugar dos EUA no comando da economia mundial. Um equívoco conhecido desta natureza pode ser encontrado em Arrighi (1996), que hoje, diga-se de passagem, transferiu seu delírio asiático para a China.

²⁵ Vitórias ideológicas, no plural, porque o neoliberalismo sobrepujou tanto o assim-chamado “socialismo real” quanto a autêntica social-democracia.

proletário típico, o operário, também se faz presente no primeiro filme, mas não no segundo²⁶.

A segunda diferença pode ser percebida por um personagem do primeiro *Wall Street* que não poderia mesmo aparecer no segundo: o corretor Lou, que sempre enche Bud Fox de conselhos. Em tais conselhos, Lou revela claramente uma nostalgia com relação ao tempo em que, supostamente, o nexos entre finanças e produção era mais íntimo, em que se investia em coisas “concretas”. Um tempo em que, ademais, havia regulação, leis contra excessos etc. Ou seja, Lou é um keynesiano típico, o que significa dizer que o público ainda sabia o que era a social-democracia (reformista, mas zelosa aos princípios que minimamente a definem) naquele período. No segundo filme, também há um Lou (apelido de Louis) Zabel, no caso um megaspeculador que se suicida ao perceber que foi trapaceado e quebrado pelos concorrentes durante a crise. Zabel também revela uma ponta de nostalgia. Mas sua nostalgia tem por objeto mais o período de vacas gordas (para ele) do que qualquer outra coisa, pois não há espaço em seu discurso para formulações keynesianas.

Por fim, é interessante perceber a diferença de montantes entre as duas épocas, reveladas em, ao menos, duas situações. A primeira é a seguinte: Bud Fox, personagem central do primeiro filme, recorre ao pai sindicalista, no momento de um aperto financeiro, pedindo um empréstimo de... 300 dólares. O pai sugere ao filho que procure um trabalho em que se produza algo concreto. No segundo filme, produzido pouco mais de 30 anos depois, é a mãe de um dos personagens principais, Jacob Moore (o noivo de Winnie Gekko), que, também em apuros orçamentários, pede um empréstimo ao filho. O conselho do filho à mãe é semelhante: Jacob sugere que a mãe volte a trabalhar com algo útil (a enfermagem, sua profissão, o que ela de fato faz ao final), em lugar de tentar o enriquecimento fácil como corretora imobiliária. Mas a quantia em questão é bem diferente: 200 mil dólares.

Em outra cena do filme de 1987, a discrepância de valores também fica patente, mas de modo ainda mais interessante. Trata-se do diálogo conflituoso entre Fox-pai e filho. O pai afirma que recebe 47 mil dólares por ano como operário (e sindicalista). Como resposta, ouve do filho que seu projeto de vida é fazer 50 mil dólares por mês, o que deixa claro que essa quantia é tida, em 1987, como uma quantia representativa no mundo das finanças. Agora, sejam mensais (lu-

²⁶ É prudente advertir que essa identificação de proletário com operário (fabril) nos parece absurda, ao menos se se parte de Marx. Afinal de contas, Marx é o primeiro a deixar claro que valor é trabalho abstrato, homogêneo, indiferenciado e, portanto, passível de ser produzido por qualquer trabalhador. Proletariado só pode significar, em síntese: classe trabalhadora! Devemos reconhecer, entretanto, que o operário é uma imagem representativa da classe trabalhadora, de maneira que a presença de um operário no filme pode ser tomada como uma espécie de registro icônico da presença da classe.

cro) ou anuais (salários), 50 mil dólares são troco diante do milhão de dólares (capital) que Gekko disponibiliza (em 1987) a Bud Fox para que ele demonstre sua capacidade de multiplicar dinheiro. Naquele ano de 1987, portanto, já era abissal a diferença entre a renda do trabalho e o lucro financeiro, mas certamente se tratava de uma diferença muito menor do que a de hoje. Se é verdade que, como se depreende pelo noticiário, dinheiro nas finanças é, hoje, de bilhão para cima, é difícil imaginar que o salário de um operário nos EUA tenha acompanhado a explosão das rendas financeiras.

Em suma, o que a comparação entre os dois filmes, o de 1987 e de 2010, revela é que, mesmo no auge do neoliberalismo, ainda era possível entrever agentes concretos, sujeitos de carne e osso, e instâncias coletivas que poderiam modificar o futuro. O futuro, aliás, podia ser outro, não apenas porque era muito claro que o passado tinha sido, mas também porque o assim-chamado socialismo real, mesmo em seus frangalhos, mesmo com seu histórico de bárbaras carências e opressões, ainda eram o depositário de muitas esperanças transformadoras sinceras. A ruína final dessas sociedades, no entanto, não contribuiu mais (nem menos) que as crises capitalistas das décadas de 1970 e 1980 para a arrasadora vitória ideológica do neoliberalismo já no começo da década de 1990. Depois, a seqüência de crises provocadas pelo próprio neoliberalismo apagou da memória as ideologias já congeladas e nos colocou no período atual, em que parecemos imobilizados na teoria e na prática mesmo diante dos acontecimentos mais dramáticos.

O que se pode concluir, enfim, é que, na verdade, as crises não têm dado oportunidade alguma à esquerda. As crises têm sido a sua maior coveira. Se continua a ser verdade que as crises expressam tragicamente as contradições do capitalismo e provocam uma agitação política potencialmente aproveitável pela esquerda revolucionária, é preciso reconhecer que a construção das condições subjetivas (teorias simples e complexas, formas de arte críticas, ideias cotidianas subversivas etc.) e objetivas (instituições capazes de fazer fluir a prática revolucionária, formas econômicas capazes de sustentar uma outra formação social etc.) não pode ser realizada em meio à crise, pelo simples fato de que, em tais conjunturas, acirra-se a luta pela mais básica sobrevivência. Se essas condições não forem construídas no longo prazo, principalmente nos períodos mais prósperos, o nexo *potencial* entre crise e revolução não poderá ser jamais efetivado. O filme analisado a seguir, como veremos, propõe-se abertamente a contribuir para essa construção coletiva.

4. Capitalismo: uma história de amor

Se há um filme sobre a crise de 2008 *radicalmente* à esquerda, esse é o documentário do polêmico, adorado e odiado (tudo no mesmo grau) diretor Michael Moore. Lançado no ano de 2009 com o sugestivo título *Capitalismo: uma*

história de amor, o documentário não apenas descreve didaticamente os episódios da crise, não apenas procura nos fazer entender alguns dos princípios fundamentais e da história recente do complexo mundo das altas finanças, como estabelece de modo claro a conexão existente entre o capitalismo – não o capitalismo *neoliberal*, mas o sistema em si – e a crise. Justamente por isso, o filme põe-se em posição de defender a causa central da esquerda radical: a substituição do capitalismo por uma sociedade superior, usualmente (mas não unicamente) concebida como comunista.

Para estabelecer o nexos com o argumento das seções anteriores, mas também para produzir um comentário correto sobre o filme, é preciso reconhecer que Moore – como sempre o faz em seus documentários – toma abertamente partido em favor da defesa de uma tese com implicações para a prática política imediata. Se *Inside job* pode ser visto como a defesa do retorno a um mundo em que havia regras estabelecidas de regulação do capital (financeiro, em particular) e *Wall Street* pode ser tomado como uma espécie de antítese da proposição do marxismo vulgar que estabelece um nexos imediato entre crises e revolução, *Capitalismo* reconhece este nexos, mas apenas como uma relação *potencial* carente de objetivação. Objetivação que se dá, aliás, em meio a uma realidade complexa o suficiente para conter em germe, no interior de condições postas, diversas trajetórias históricas, das quais uma (e apenas uma, é claro) necessariamente se realiza.

Traduzindo essa colocação para os termos do filme, o que Moore procura sustentar, concentrando-se exclusivamente na realidade dos EUA, é que o capitalismo tem a capacidade imanente de produzir uma polarização social danosa à humanidade e potencialmente ameaçadora ao próprio *status quo*. Uma polarização que, ademais, torna-se mais aguda e, portanto, mais ameaçadora nos períodos de crise. Justamente por conta de seus efeitos sociais deletérios, abre-se a possibilidade de granjear, nas conjunturas adversas, uma subjetividade revolucionária *já estabelecida* como base para a reunião de esforços pela superação sistêmica. O filme coloca-se, portanto, como uma contribuição aberta para a construção da subjetividade necessária para traduzir as conjunturas de crise numa prática realmente transformadora.

Para fundamentar seu argumento, o filme propõe-se a recuperar as origens da crise que assolou os EUA em 2008 e cujas consequências econômicas e sociais (humanitárias, na verdade) ainda se fazem presentes. De início, no entanto, ainda não é evidente a posição em que Moore vai ancorar a sua crítica. Um espectador que assistisse à primeira meia-hora do filme e dormisse até o final da sessão guardaria a impressão de que o documentário atribui a crise e seus efeitos à atual configuração do capitalismo *e não ao capitalismo em si*. Isso porque Moore faz questão de apresentar ao espectador, sem qualquer temor diante do esquerdismo ingênuo, a capacidade de o capitalismo assegurar conforto material e perspectivas de futuro muito positivas à maior parte da população dos EUA e de um

grupo seletivo de países durante os seus assim-chamados Anos Dourados (grosso modo, as duas décadas após o fim da II Guerra Mundial).

Seria possível, e mesmo correto, julgar o trecho em que Moore relembra aquela conjuntura excepcional do capitalismo como saudosista. Agora, é preciso reconhecer que o saudosismo, neste caso, é plenamente justificado. Nunca é demais lembrar, como faz o próprio autor, que alguém com a sua condição social nos EUA da época tinha à disposição o que de melhor o capitalismo pôde oferecer em toda a sua história: um emprego estável e bem-remunerado para o chefe de família (o pai de Moore trabalhou mais de três décadas na fábrica-sede da GM), uma aposentadoria garantida, educação básica em alto nível e gratuita, perspectivas concretas de estudo universitário, serviço de saúde de excelência, opções de lazer, esporte e cultura, ambientes urbanos agradáveis etc.²⁷ Quem pôde usufruir de uma experiência como esta dificilmente poderia evitar o saudosismo, a não ser por um bloqueio psicológico causado por um infortúnio (trauma) pessoal. Afinal de contas, como comparar a atual insegurança econômica não apenas dos pobres, mas também da classe média e mesmo dos mais afortunados com um tempo em que a pobreza extrema praticamente havia sumido da vista da maior parte da população dos países ricos para aparecer apenas nas matérias de jornais, nos filmes e livros sobre os países pobres?

Como dito, Moore retrata destemidamente esse tempo em que o capitalismo efetivamente melhorou a vida de uma parte expressiva da população em muitos países do globo sem, entretanto, deixar de advertir que, no caso dos EUA, as conquistas materiais tinham por base a literal eliminação dos competidores industriais durante os dois períodos de guerras mundiais. E, ademais, que, mesmo no período considerado “de ouro”, mesmo nos EUA deste período, a violência típica do capital compareceu cotidianamente em guerras (nada frias) e na repressão brutal aos movimentos de contestação social que eclodiram de modo praticamente simultâneo, embora não coordenado, levantando bandeiras específicas (contra a opressão racial e/ou sexual, por exemplo).

²⁷ Como disse Hobsbawm acerca de um juízo muito difundido durante os “Anos Dourados” do capitalismo: “O terrível e inevitável ciclo de prosperidade e depressão, tão fatal entre as guerras, tornou-se uma sucessão de brandas flutuações, graças a – era o que pensavam os economistas keynesianos que agora assessoravam os governos – sua inteligente administração macroeconômica. Desemprego em massa? Onde se poderia encontrá-lo no mundo desenvolvido da década de 1960, quando a Europa tinha uma média de 1,5% de sua força de trabalho sem emprego e o Japão 1,3%? Só na América do Norte ele ainda não fora eliminado. Pobreza? Naturalmente a maior parte da humanidade continuava pobre, mas nos velhos centros industrializados, que significado poderia ter o ‘De pé, ó vítimas da fome!’ da ‘Internationale’ para trabalhadores que agora esperavam possuir seu carro e passar férias anuais remuneradas nas praias da Espanha? E se os tempos se tornassem difíceis para eles, não haveria um Estado previdenciário universal e generoso pronto a oferecer-lhes proteção, antes nem sonhada, contra os azares da doença, da desgraça e mesmo da terrível velhice dos pobres? Suas rendas cresciam ano a ano, quase automaticamente. Não continuariam crescendo para sempre? A gama de bens e serviços oferecidos pelo sistema produtivo, e ao alcance deles, tornava antigos luxos itens do consumo diário. E isso aumentava a cada ano” (Hobsbawm, 1995, 262-263).

Considerado como interpretação do percurso histórico que nos trouxe até a realidade atual do capitalismo dos EUA, o momento mais importante, mas também mais controverso²⁸, do filme é aquele que inicia no registro da inflexão entre o capitalismo dos “Anos Dourados” (“regulado” ou “fordista”, como quizeram alguns²⁹) para o capitalismo das últimas três décadas (“desregulado” ou “pós-fordista”, por contraste). Tal inflexão é representada por um discurso de Carter, no qual o então presidente dos EUA atribui cãndida e cinicamente ao consumismo e ao endividamento das famílias a péssima condição fiscal do país no final dos anos 1970.

Um secundarista bem aplicado ao estudo de história sabe que a crise que assolou os EUA (e, a partir dele, o mundo) na década de 1960/1970 tinha causas muito mais profundas do que aquelas apresentadas por Carter. Seja como for, o fato é que a crise criou as condições favoráveis a uma mudança política decisiva, que resgatou do limbo da história o fundamentalismo de mercado que se pensava sepultado desde a década de 1930. Foi esse contexto que levou ao poder o xerife Ronald Reagan, investido justamente da tarefa de liderar uma profunda contrarreforma em favor do capital. Essa contrarreforma exigia uma ação política ampla, o que, por sua vez, implicava a ascensão de “sujeitos confiáveis” a posições-chave do governo, principalmente na área econômica. Foi assim que uma casta de multimilionários, em geral ligados a grandes corporações do mundo das finanças (i.e., ex-executivos ou sócios), passou a comandar diretamente, sem intermediários ou prepostos, as ações no coração do governo do principal país capitalista do mundo.

É muitíssimo importante que o filme tenha alertado os esquecidos ou desavisados para o fato de que, durante o período Reagan, foram criadas as condições adequadas para que “os homens de Wall Street” assumissem o total controle das principais instâncias de poder político nos EUA. Ao assumir o timão do governo (e da política econômica), os operadores do capital financeiro rapidamente passaram a “governar o país como uma corporação”, como diz Moore em sua narração em *off*. O resultado foi o ataque devastador contra a estrutura industrial do país em favor da obtenção de lucros de curtíssimo prazo, de um lado, e da implosão do poder dos sindicatos de trabalhadores, de outro. Cumprida a tarefa, foram garantidos os recursos e as condições políticas para implantar a famosa agenda neoliberal, composta por corte de impostos sobre empresas privadas e altos rendimentos, eliminação de direitos sociais, ataque aos sistemas

²⁸ Controverso porque Moore, neste ponto, também resvala na interpretação teleológica que mencionamos, criticamos e rejeitamos nas últimas duas seções.

²⁹ Harvey (2007), por exemplo, trabalha com a noção de *fordismo* para caracterizar o capitalismo do segundo pós-guerra. A acumulação flexível seria a característica do capitalismo do final do século XX.

de seguridade, aumento do endividamento das famílias, desregulações da ação do capital etc.

Uma vez reconstituído esse percurso que nos levou ao período atual da história do capitalismo, em que o sistema adquiriu uma configuração na qual o seu potencial humanamente destrutivo se expressa abertamente *mesmo em países como os EUA*, Moore concentra-se na conjuntura marcada pela crise de 2008. Para reconstituí-la, o documentário coloca o foco de atenção em propriedades do capitalismo que, hoje, manifestam-se com clareza, embora não sejam necessariamente exclusivas da era atual, tais como: a hipertrofia da atividade especulativa, hoje mais do que nunca baseada em negócios distantes da vida e mesmo da compreensão da maior parte das pessoas que habitam esse mundo; a simbiose entre o capital em geral e o seu setor de mídia, da qual resulta uma ostensiva manipulação ideológica; o caráter antidemocrático do capital (e de seu mundo); e, acima de tudo, a acumulação (capitalista) de mazelas sociais em larga escala.

Mais da metade do filme procura justamente relacionar o episódio particular da crise de 2008 e as propriedades do capitalismo que acabamos de apontar. A desconexão entre a especulação financeira (da qual resultam boa parte dos grandes negócios do capitalismo atual) e a experiência cotidiana da maior parte da população, por exemplo, é registrada por meio de uma passagem hilariante na qual o afamadíssimo professor de Harvard e ex-economista chefe do FMI, Kenneth Rogoff, gagueja até desistir de explicar o que são derivativos num programa televisivo³⁰. Para retratar a simbiose entre a grande mídia e o capital (do qual ela é parte), Moore vale-se da reprodução de inúmeras chamadas de telejornais dos EUA, nas quais abordagens explicitamente pró-capital, conservadoras até a raiz, são difundidas como senso comum.

A forma como o documentário representa o caráter antidemocrático do capital e a sua capacidade de produzir tragédias humanitárias, atributos desvelados claramente pela crise de 2008, merece uma consideração um pouco mais detida. Quanto ao primeiro tema, o documentário o aborda em diferentes frentes – por exemplo, quando mostra o controle da área financeira dos EUA por ex-executivos do Goldman Sachs. Agora, a sua contribuição mais importante

³⁰ Um ex-executivo do Lehman Brothers também fracassa na tentativa de explicar os derivativos numa linguagem acessível aos pobres mortais. Diante do fracasso dos especialistas, o próprio Moore os define como “esquemas de aposta complicados” e conclui, em comum acordo com o ex-executivo do Lehman, que a complexidade de tais instrumentos é indispensável para burlar a fiscalização e o pagamento de impostos. Numa linguagem mais técnica, derivativos são instrumentos financeiros constituídos (preço e lógica de transação no mercado) com base em outros ativos (bens ou instrumentos financeiros), que lhes servem de referência. Portanto, tem-se aqui a base para o crescimento exponencial de títulos de dívida, com base em títulos de dívida, ou seja, expansão da massa de capital fictício em função da já existente; direitos de apropriação sobre um valor ainda não produzido, com base já em direitos de apropriação sem relação direta com a produção de valor.

neste particular é o registro, com riqueza de detalhes, dos bastidores da votação no congresso dos EUA do pacote de “ajuda” às grandes corporações financeiras logo após o craque de 2008.

O filme, primeiro, recorda que se tratava de um pacote de nada menos que 700 bilhões de dólares e revela que essa enorme quantia poderia ser – e realmente foi gasta – sem necessidade de qualquer prestação de contas. Ainda mais impressionante do que essa já estarrecedora revelação é o relato de diversos congressistas dos EUA da escandalosa aprovação do pacote de “ajuda”, que exigiu uma segunda votação (pois a primeira a rejeitou) antecedida de um lobby milionário e explícito que fez “mudar”, em pouco tempo, a “convicção” de inúmeros políticos republicanos e democratas. Os congressistas que, contrariados, aceitaram colaborar com o filme, ajudam a formar o juízo (com o qual concordam, aliás) de que o congresso foi *chantageado e comprado* por *Wall Street*, de modo que o país foi objeto de um efetivo golpe de Estado.

Os momentos indubitavelmente mais preciosos do filme, entretanto, são aqueles nos quais Moore registra as consequências humanitárias da crise. Em lugar de recorrer exclusivamente a fatos jornalísticos ou registros estatísticos, mas sem deixá-los de lado, o documentário expõe o sofrimento de pessoas reais, desesperadas e, em geral, humilhadas pela perda de seus empregos, de suas economias e, muitas das vezes, suas casas. Para nós, acostumados que estamos com a imagem através da qual usualmente os EUA se fazem representar mundo afora – uma imagem de prosperidade, inovação, esperança, sucesso –, são chocantes as cenas que exibem áreas urbanas inteiras abandonadas como cidades fantasmas, pessoas à beira da miséria, sem qualquer esperança, trabalhadores esmagados pelo capital, famílias acuadas pelo drama econômico. É claro que, para alguém minimamente bem informado, não é nenhuma novidade que os EUA varrem para debaixo do tapete do *american way of life* camadas espessas de pobreza e desigualdade. Mas só uma sensibilidade humana muito corrompida ficaria inerte diante da crueza das imagens com que Moore expõe a tragédia social dos EUA³¹.

Para fechar a análise do filme de Moore, é preciso retomar o começo do argumento. Das três reconstituições cinematográficas da crise que aqui foram examinadas, o único que não somente recusa o capitalismo, como flerta explicitamente com o socialismo, é o documentário de Moore. A idéia do socialismo como (a única) saída para a atual condição social é defendida em muitos momentos do filme e, para comprová-lo, basta mencionar o seguinte trecho da locu-

³¹ A jornalista norte-americana Barbara Ehrenreich “experimentou” a vida de um pobre nos EUA durante dois anos e narrou a experiência num livro (Ehrenreich, 2001) hoje muito conhecido. O relato é estarrecedor, mesmo para quem sabe que os EUA não são exatamente o que as propagandas das agências de turismo nos tentam vender: um misto do Burger King (pão) e Mickey (circo).

ção em *off* do final do documentário: “O capitalismo é um mal e não se pode regular o mal. É preciso eliminá-lo e substituí-lo por algo que seja bom para todas as pessoas. Esse algo é chamado [– há aqui uma pausa breve, mas suficiente para criar um tom de suspense –:] democracia”.

Naturalmente, por ter usado a palavra democracia e não socialismo (ou comunismo), seria possível acreditar que Moore foi, no mínimo, dúbio ou implícito³². Mas não é difícil encontrar argumentos para deixar de lado essa impressão. Primeiro, é preciso recordar que, ninguém menos do que o próprio Marx, por diversas vezes, associou o comunismo à democracia, isto é, afirmou que o comunismo é a autêntica democracia (e vice-versa). A descrição da democracia como autocontrole da atividade produtiva, que o filme oferece ao relatar o episódio das fábricas geridas por trabalhadores, é bastante marxista. A segunda forma de contestar aquela opinião é assinalar que, alguns segundos após o uso da palavra democracia como alternativa ao capitalismo, o filme se encerra com uma versão pop, *jazzy*, do hino da Internacional Comunista!

5. Formas de apreensão e natureza da crise: fim da sessão

Desde o lançamento da mais recente das três produções aqui examinadas, o cenário de crise não foi afastado. Ao contrário, em inúmeros países, como Grécia, Portugal, Espanha, Irlanda e Itália, a crise aprofundou-se no campo econômico, arrasou a condição social de boa parte da população e, por tudo isso, tem produzido um acirramento da luta de classes (para empregar uma expressão bastante desgastada, mas absolutamente pertinente) cujas implicações e desdobramentos estão longe de serem claros. Num cenário como esse, é de se esperar que tanto a produção cinematográfica quanto a produção científica continuem a ocupar-se da crise e tenham um público desejoso por recebê-la.

Consistindo este trabalho de um comentário teoricamente fundamentado a respeito de três filmes sobre a crise iniciada em 2007/2008, é de se esperar que o público do artigo tenha interesse não apenas em filmes com algum conteúdo crítico, mas também na teoria social inspirada na obra de Marx. A um público com esse perfil não deve ter passado despercebido que os três filmes oferecem formas distintas de apreensão da crise. Da esperança reformista de *Inside job*, passando pelo desencantamento de *Wall Street: o dinheiro nunca dorme*, até a perspectiva radicalmente crítica de *Capitalismo: uma história de amor*, as produções lidam com a crise da forma como ela se manifesta.

³² Os que apostam nessa linha interpretativa certamente recordarão da posição do filme com relação ao governo Obama que, embora crítica, é nitidamente mais açucarada do que a maior parte dos comunistas gostaria que fosse. É preciso, neste particular, recordar também que Moore deixa claro que o governo Obama, como seus antecessores, cedeu o comando da economia aos executivos do Goldman Sachs, o que é muito mais do que um indício de uma posição à direita.

A diferença interpretativa relaciona-se, não exclusivamente, com os distintos níveis de abstração em que as formas manifestas da crise são tomadas. Mas os três filmes – em níveis distintos, deve-se reforçar – não conseguem superar o domínio da fenomenologia. Isso não torna as produções equivocadas ou disfuncionais, não as reduz a interpretações de segunda categoria, mas certamente as torna limitadas como fundamento de uma crítica em outro nível, o teórico. Podemos pensar a relação entre os filmes e a crítica teórica como uma relação de complementaridade na análise crítica. Por exemplo, ao interpretarem a crise como consequência da ação deliberada de sujeitos poderosos com a moral pervertida, os filmes capturam e significam, a seu modo, uma determinação fundamental da economia capitalista: o estranhamento ou, na linguagem de *O capital*, o fetichismo da mercadoria.

O fetichismo da mercadoria expressa sinteticamente o núcleo da crítica de Marx ao capitalismo, pois é por intermédio desta expressão que (em *O capital*) Marx defende a noção de que a produção capitalista organiza-se de um modo tal que uma dinâmica social (de autoexpansão da riqueza produzida como valor) figura aos sujeitos como um movimento natural. Os sujeitos são... sujeitos da dinâmica, mas a percebem como um movimento espontâneo de coisas (mercadorias e seus preços) e, no fim das contas, são obrigados a submeter-se a ele, como se fossem seu objeto. Como, na verdade, as coisas não se movem por si mesmas, como a dinâmica social não pode prescindir de ações humanas, como a sociedade é a articulação de relações entre humanos de carne e osso, mesmo a dinâmica estranhada depende de ações. Os filmes, portanto, percebem algo real, mas... estranhado.

No que diz respeito ao estranhamento, podemos recorrer mais uma vez à analogia com uma produção cinematográfica. No caso, trata-se de um filme com pretensões que não ultrapassam o limite do entretenimento familiar do tipo “tarde de domingo com saco de pipoca na mão, amor no coração e pouco na cabeça”³³: *Feitiço do tempo* (EUA, 1993), dirigido por Harold Ramis e estrelado por Bill Murray. Dispensamos aqui os detalhes da sinopse do filme, porque nos basta mencionar que o roteiro gira em torno de um fenômeno fantástico experimentado pelo personagem de Murray, o jornalista e “homem do tempo” Phil Connors. Numa jornada de trabalho sem grandes atrativos, Connors descobre-se aprisionado na constante repetição do mesmo dia. Ou seja, o dia passa, Connors vai dormir e acorda no início do mesmo “dia”.

O filme explora justamente essa imagem do personagem principal acordando sempre no mesmo “dia”, não importando o que tenha acontecido no “dia” anterior. Mas Connors vive o mesmo “dia” de inúmeras formas: num “dia” ente-

³³ Isso significa que enfaticamente não recomendamos o filme a ninguém com pretensões mais elevadas.

dia-se com o trabalho, no outro trabalha com afinco; num “dia”, briga com todo mundo, no outro, promove a paz universal; num “dia” tenta se matar, no outro cuida de sua saúde e da de desconhecidos. O que o filme tenta mostrar, no entanto, é que alterações de menor relevância não são capazes de mudar o fluxo do tempo. Enquanto Connors realmente não altera seu modo de vida, o feitiço (poderíamos dizê-lo fetiche?) do tempo não é rompido e ele acaba por despertar exatamente como se nada tivesse acontecido.

Para muitos, a analogia que queremos desenvolver já está clara. Afinal de contas, não podemos indagar desde quando não parece que acordamos no mesmo “dia”? Melhor dizendo, parece que nos aprisionamos num fluxo de tempo que oscila entre dois “dias”. Um “dia”, estamos na *Belle Époque*, quando ricos surgem do nada, a economia prospera e todos crêem que os pobres deixarão de ser pobres em poucas décadas e aceitam que, até lá, sejam criminalizados pela própria pobreza. No outro, estamos no Apocalipse, quando os ricos saqueiam os fundos do Estado, os críticos prevêem o fim do mundo (revolução?) e os pobres são massacrados, depois de terem sido criminalizados pela própria pobreza. Em um “dia”, não há crise e só se fala da perversidade do Estado; em outro, há crise e só se fala na necessidade do Estado³⁴.

Seria falso e injusto dizer que não há quem tenha tentado ações distintas a cada repetição do ciclo de dois “dias” que nos aprisiona. A questão é se essas ações têm sido suficientemente distintas para nos fazer romper com o “feitiço do tempo” (no caso, agora, o fetiche do tempo de trabalho objetivado como valor). Será que poderemos romper com os condicionantes de nossa época sem antes perceber com clareza que os dois “dias” que a constituem não são “dias” de planetas distintos, mas momentos de um único processo: o ciclo capitalista? Parece-nos que a atitude realmente crítica e, portanto, subversiva é aquela que consegue perceber o crescimento como o caminho da crise e a crise como o caminho do crescimento. É aquela que consegue perceber uma fase, a *Belle Époque*, como condição da outra, o Apocalipse, e, portanto, formar a base subjetiva e objetiva para enfrentar o capital, seja quando as coisas vão bem, seja quando o caos parece estar entre nós.

The end

Referências

AKB. *Dossiê da Crise II*. Vários autores. Associação Keynesiana Brasileira, agosto <<http://www.ppge.ufrgs.br/akb/dossie-crise-II.pdf>>, 2010.

³⁴ Duayer & Nabuco (2008) perceberam que essa oscilação entre uma atitude pró-Estado e contra-Estado acomete a ciência econômica. Seu diagnóstico foi preciso: trata-se de um transtorno bipolar.

- ARRIGHI, Giovanni . *O Longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens de Nosso Tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BARUCO, Grasiela C. & CARCANHOL, Marcelo D. Crise dos Anos 1970 e as Contradições da Resposta Neoliberal. In: *Anais do XI Encontro Nacional de Economia Política, Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP)*, Vitória <http://www.sep.org.br/artigo/1_congresso/106_3da141a5c716406b6a21f688b3fa5d5b.pdf>, 2006.
- BRUNHOFF, Suzanne de; CHESNAIS, François; DUMÉNIL, Gérard; HUSSON, Michel & LÉVY, Dominique. *Las Finanzas Capitalistas: para comprender la crisis mundial*. Buenos Aires: Ediciones Herramienta, 2009.
- CARCANHOLO, Marcelo D. *Causa e Formas de Manifestação da Crise: uma interpretação do debate marxista*. Programa de Pós-graduação em Economia, UFF Dissertação de Mestrado, Niterói, 1996.
- CARCANHOLO, Marcelo D. Conteúdo e Forma da Crise Atual do Capitalismo: lógica, contradições e possibilidades. In: *Anais do Colóquio Nacional Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática*. Niterói: Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx). <<http://www.uff.br/niepmarxmarxismo/MM2011/anais.htm>>, 2011.
- CHESNAIS, François (Org.). *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.
- CIPOLLA, Francisco P. Interpretações Marxistas da Crise Atual. In: *Anais do XV Encontro Nacional de Economia Política, SEP*, São Luis <http://www.sep.org.br/artigo/5_congresso/1918_f74620a394ff3332d7b29fdb3a9f1484.pdf>, 2010.
- COLETTI, Lúcio. *El Marxismo y el "Derrumbe" del Capitalismo*. Biblioteca del Pensamiento Socialista, México: Siglo XXI, 1978.
- DUAYER, Mario & NABUCO, Paula. Transtorno Bipolar da Ciência Econômica e Crítica da Economia Política. In: *Anais IV Colóquio da Sociedade Latino americana de Economia Política*. Buenos Aires: Sepla, 2008.
- DUMÉNIL, Gérard & BIDET, Jacques. *Altermarxisme: Un autre marxisme pour un autre monde*. Paris: Presses Universitaires de France, 2007.
- EHRENREICH, Barbara. *Nickel and Dimed: On (Not) Getting By in America*. New York: Metropolitan Books, 2001.
- GROSSMANN, Henryk. *La ley de la Acumulación y del Derrumbe del Sistema Capitalista: Una teoría de la crisis*. Biblioteca del Pensamiento Socialista, México: Siglo XXI, 1979.
- HARVEY, David. *Condição Pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 16ª. edição, São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: O Breve Século XX – 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

- HOBBSBAWM, Eric. *Como Mudar o Mundo: Marx e o marxismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- KEYNES, John M. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização: Da derrocada do socialismo de catedral à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- LENIN, Vladimir Ilitch. *A Doença Infantil do "esquerdismo no comunismo"*. Rio de Janeiro: Vitória, 1960.
- MARX, Karl. *Teorias da Mais-valia: histórica crítica do pensamento econômico*. São Paulo: Difel, 1980.
- _____. Carta de Marx a Engels em 19 de agosto de 1852. In: *Karl Marx, Frederick Engels: Collected works*, volume 39. New York: International Publishers, 1983.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*. 5 volumes, terceira edição. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 – esboços da crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Boitempo-UFRJ, 2011.
- MÉSZÁROS, István. *A Crise Estrutural do Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.
- PAINCEIRA, Juan P. & CARCANHOLO, Marcelo D. A Crise Alimentar e Financeira: A lógica especulativa atual do capital fictício. In: *Anais do XXVII Congresso da Associação Latinoamericana de Sociologia – ALAS*, Buenos Aires, 2009.
- RIBEIRO, Nelson R. *A Crise Econômica: Uma visão marxista*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.
- WOLFF, Richard D. Marxian Crisis Theory: Structure and implications. In: *Review of Radical Political Economics*, vol.10, n.1, 1978.

Recebido em abril de 2014
Aprovado em junho de 2014